

## **Raízes do Brasil, edição crítica: uma virada na memória da obra**

### ***Roots of Brazil, critical edition: a turning point in the memory of the book***

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Edição crítica. Org. Lilia Moritz Schwartz e Pedro Meira Monteiro. Estabelecimento de texto e notas Mauricio Acuña e Marcelo Diego. São Paulo, Companhia das Letras, 2016. 544 pp.

**Raphael Guilherme de Carvalho**

 <https://orcid.org/0000-0002-8905-5491>

Pós-doutorando no Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB/USP), São Paulo – SP, Brasil. E-mail: raphaelguilherme83@gmail.com.

DOI: 10.1590/3410003/2019

*[...] ler Raízes do Brasil era apavorante e me deixava paralisada.*

Maria Odila L. S. Dias (2002, p. 192).

Passados pouco mais de oitenta anos da edição *princeps* de *Raízes do Brasil*, contamos, enfim, com uma providencial e rigorosa edição crítica. Ela aparece em hora decisiva, para consolidar – sem a pretensão de esgotar – o debate acadêmico sobre a obra realizado nas últimas duas décadas, um movimento de recuperação do texto original em comparação com o texto que ficou definitivo e em oposição às interpretações mais consagradas. Se há, segundo expressão de Judith Schlanger (2008), uma “memória das obras”, reinscritas no tempo a cada nova edição, no caso de *Raízes do Brasil*, ela é aos poucos constituída e consolidada, desde a repetitiva autocrítica de Buarque de Holanda sobre “a morte do homem cordial”, passando pelo distanciamento do ensaísmo para afirmação de uma identidade historiadora do autor, até as sucessivas comemorações do livro em reedições especiais (1971, 1976, 1986, 2006 e 2016). Esse movimento atual de cotejo entre as edições, cujo ponto culminante é a edição crítica, relativiza e acresce sobre tal clássico da cultura histórica brasileira nova “camada” de memória. Trocando em miúdos: *Raízes do Brasil* de 1936 difere consideravelmente de *Raízes do Brasil*

de 1969. Somente a partir da profunda revisão de 1948 é possível dizer que se trata de um livro “progressista”, tal como ficou consagrado, tendo antes apresentado elementos próximos do pensamento conservador. É o que se pode depreender, na edição crítica, tanto da leitura do texto e de suas modificações no tempo, quanto dos “posfácios à edição”, escritos pelos estudiosos protagonistas desses debates das últimas décadas.

Em linhas gerais, *Raízes do Brasil* trata da história e da vivência, como dito na primeira edição, e apenas nela, de “uma experiência sem símile” (p. 39, nota 2). Ela se caracterizaria, segundo o parágrafo de abertura da última edição revista pelo autor, a quinta, de 1969, como: “A tentativa de implantação da cultura europeia em extenso território, dotado de condições naturais, se não adversas, largamente estranhas à sua tradição milenar, é, nas origens da sociedade brasileira, o fato dominante e mais rico em consequências” (p. 39). A compreensão da sociedade brasileira por Buarque de Holanda – o livro se apresentava em 1936 como um “estudo compreensivo” de nossa sociedade (p. 39, nota 2) –, englobava seu passado, seu presente e as perspectivas em aberto. As diretrizes temporais do ensaio, que não visava lograr “estrita objetividade” (p. 41), lançadas já no seu segundo parágrafo, representam uma súmula do plano de desenvolvimento do texto: “Antes de perguntar até que ponto poderá alcançar bom êxito a tentativa, caberia averiguar até onde temos podido representar aquelas formas de convívio, instituições e ideias de que somos herdeiros” (p. 39). Acompanhando, ainda em linhas gerais, a cadência da historicidade no plano epistêmico do ensaio, seríamos herdeiros da cultura da personalidade, de onde a falta de coesão social, cujo prolongamento no tempo caberia às oligarquias ainda dominantes (p. 323); viveríamos ou estaríamos deixando de viver no presente – ao menos enquanto perdurasse a influência do meio rural e patriarcal sobre os padrões de convívio – segundo o *ethos* da cordialidade, entendida como “traço definido do caráter brasileiro” (p. 254) e expressão, nas relações sociais, de um fundo emocional, distante da polidez da civilidade; mas, desde o fim do regime escravocrata e então, nos anos de 1930, com a moderna urbanização do país, já entreveríamos o

fim da “velha ordem colonial e patriarcal”, em processo de “dissolução lenta, posto que irrevogável, das sobrevivências arcaicas” (p. 318).

Tal leitura é afim, em certa medida, à interpretação do ensaio por muito tempo dominante, aquela de Antonio Candido (1918-2017) no prefácio da edição de 1969. Para o crítico, a “admirável metodologia dos contrários” em *Raízes do Brasil*, a partir da apropriação criativa dos “critérios tipológicos” weberianos (Candido, 2016, p. 359), “impede o dogmatismo” e privilegia a “meditação de tipo dialético” (*Idem*, p. 368) – posto que o ensaio enfoca a interação, no processo histórico, de pares de opostos, como trabalho e aventura ou o semeador e o ladrilhador, entre outros.<sup>1</sup> Candido assinala em *Raízes do Brasil* a presença do passado como um obstáculo a ser superado; o seu conhecimento, desse modo, vinculado aos problemas do presente. Além de “liquidar o passado” e “adotar o ritmo urbano”, tratava-se de “dar um novo sentido à vida política” a partir da “emergência das camadas oprimidas da população”, para onde apontava, ainda de acordo com Candido, o pensamento de Buarque de Holanda quanto às “condições de uma vida democrática no Brasil” (*Idem*, p. 367). O prefácio, nas palavras de seu autor, testemunhava a experiência de uma geração: “Então, registrar o passado não é falar de si; é falar dos que participaram de uma certa ordem de interesse e de visão de mundo, no momento particular do tempo que se deseja evocar” (*Idem*, p. 355). O crítico, desse modo, interpretava a obra de 1969 como se fosse a mesma dos anos de 1930, contribuindo decisivamente para sedimentar certa memória sobre *Raízes do Brasil*, a de um livro radicalmente democrático. É principalmente essa interpretação consagrada que a edição crítica vem, se não diretamente contestar, como têm feito alguns autores que comentaremos, ao menos relativizar ou, mais propriamente, historicizar.

A edição crítica de *Raízes do Brasil* é constituída de alguns núcleos textuais. Primeiro, uma breve apresentação dos organizadores, Lilia Moritz Schwarcz e Pedro Meira Monteiro, significativamente subintitulada “O historiador lê a si mesmo”, mais uma nota explicativa sobre o estabelecimento da edição “crítico-genética” pelos competentes colaboradores Mauricio Auciña e Marcelo Diego. Em

seguida, o texto definitivo da obra, com o aparato crítico de notas identificando, retrospectivamente, todas as alterações realizadas entre 1936 e 1969. Logo após, o material paratextual que tradicionalmente acompanha a obra, como o prefácio do autor para a segunda edição (José Olympio, 1948), a nota da terceira edição (José Olympio, 1956), os prefácios de Antonio Candido para a quarta edição (Editora UnB, 1963) e para a quinta (José Olympio, 1969), a “Carta a Cassiano Ricardo” (1948) em resposta a, deste último, “Variações sobre o ‘homem cordial’” (1948), constantes na obra a partir de 1956, além do texto de abertura da coleção Documentos Brasileiros, por Gilberto Freyre, existente até então apenas na edição de 1936. Por fim, os nove posfácios, curtos, não mais que dez páginas cada um, por alguns dos últimos comentadores de *Raízes do Brasil* – posfácios que, se apresentam a atualidade da fortuna crítica, por outro lado não poderiam cobrir a multiplicidade de abordagens ao longo do tempo.<sup>2</sup> Fecham o livro uma “Cronologia de *Raízes do Brasil*”, um índice remissivo e algumas imagens das capas das edições brasileiras e estrangeiras (italiana, de 1954; mexicana, de 1955; japonesa, de 1976; alemã, de 1995; francesa, em 1998; norte-americana e albanesa, ambas de 2012), além de fotos do exemplar da primeira edição, revisado manualmente pelo autor, conservado na Coleção Sérgio Buarque de Holanda, setor de Coleções Especiais e Obras Raras da Biblioteca Central da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

“Sérgio Buarque de Holanda foi assombrado por seu primeiro livro, do qual ele não gostava totalmente, a despeito de seu nome ficar associado de maneira indelével a *Raízes do Brasil*” – escreveram perspicazmente Schwarcz e Monteiro (2016, p. 19) na apresentação. Daí o historiador que relê a si mesmo ao longo do tempo; daí o propósito elementar dessa edição crítica, o desnudar do processo de releituras e retalhos no texto de um “clássico por amadurecimento”, segundo expressão cuidadosa de Luiz Feldman, francamente oposta à célebre expressão de Antonio Candido sobre o “clássico de nascença”. Sob qualquer das fórmulas, de todo modo, um clássico, obra que se descontextualiza e se recontextualiza em variadas circunstâncias culturais (Ricœur, 2010, p. 307). Apostando, aliás,

na associação entre texto(s) e contexto(s) de *Raízes do Brasil*, os organizadores afirmam o ensejo de restituir-lhe sua história, seu processo, em diálogo com o(s) tempo(s): “Esta edição crítica de *Raízes do Brasil*, contendo agora as variantes do texto, permite compreender que tal ‘nascimento’ de um clássico durou pelo menos três décadas” (Monteiro e Schwarcz, 2016, p. 17). Ou, ainda: “livros dessa importância são obras vivas, cuja completude só se dá quando seu autor não tem mais como acrescentar algo, ou eliminar um trecho que já não mais o satisfaz” (*Idem*, p. 21). Todavia, mesmo após a quinta edição, de 1969, com o texto que ficou definitivo, Buarque de Holanda continuou, quase obsessivamente, se ocupando de apaziguar o fantasma do “homem cordial”, em entrevistas, conferências, textos em primeira pessoa, por meio, enfim, da construção de uma já aludida “memória da obra”, complementar às modificações intestinas.

Quanto à maneira de abordar essas mudanças entre as edições, considero muito acertada, porque intelectualmente justa, a estratégia adotada na edição crítica de partir do texto de 1969, pois, como dizem os colaboradores, trata-se da “expressão última de seu pensamento” (Aucuña e Diego, 2016, p. 28). A “reconstituição crítico-genética”, segundo Aucuña e Diego, “com base na moderna filologia e crítica textual”, se mostra na exata medida do anunciado por eles: econômica, objetiva e, principalmente, de uma clareza funcional. Na (auto)apreciação da dupla, a edição ajuda a compreender *Raízes do Brasil*, bem ao estilo do próprio livro, como um “organismo vivo no tempo” (*Idem*, 2016, p. 32).

O sentido das mudanças, na concepção de um dos pioneiros nesse atual cotejo das edições, que talvez por isso mesmo merecesse maior protagonismo na edição crítica, João Kennedy Eugênio, professor no Departamento de História do Centro de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Piauí (UFPI) e autor do posfácio “Entre totem e tabu: o processo de *Raízes do Brasil*”, é a atenuação, na segunda edição, desde o impacto do trauma da Segunda Guerra Mundial, do vitalismo e do organicismo presentes no ensaio, e logo associadas ao pensamento conservador e ao nazi-fascismo. Mais tarde, para Eugênio, Candido teria salvado *Raízes do Brasil* da “leitura culpada” de Sérgio Buarque de

Holanda de seu próprio livro de estreia e contribuído para o esquecimento da primeira edição (Eugênio, 2016, p. 435). Isso tudo é muito pertinente e, de minha parte, procuro reforçar a importância das mesmas rumações de Buarque de Holanda ainda após a edição de 1969, em resposta à “crítica das ideologias” levantada pela incipiente história da historiografia nos anos de 1970, como em *Ideologia da cultura brasileira* (1977), de C. G. Mota. A “memória da obra” sufocou, é certo, outros debates possíveis, que apenas recentemente têm sido explorados, com maior sofisticação teórica e mais bem documentados (Carvalho, 2017).

Monteiro e Schwarcz comentam um desses debates, aliás, em parte com base no mesmo Eugênio, quanto ao papel do Estado no livro em sua primeira edição – não um Estado forte, como indica a contraposição a Otávio de Faria e a Oliveira Vianna, nem um Estado liberal, considerada a crise de representatividade do liberalismo nos anos de 1930, mas um Estado orgânico, cujos contornos suprissem as “necessidades específicas” da sociedade, consonante com seu “ritmo espontâneo” (p. 331). Logo em 1948, no artigo “Novos rumos da sociologia”, originalmente publicado na imprensa, Buarque de Holanda (2011) procedeu à crítica do organicismo, associando-o às obras de Oliveira Vianna e a Gilberto Freyre. Em 1967, em palestra na Escola Superior de Guerra, o autor se perguntou sobre os argumentos a que recorreu para combater a atração pelas ditaduras na América Latina, senão pertenceriam à mesma lavra em que outros da mesma geração encontraram razões para enaltecê-la (Holanda, 2008). As diferenças com Freyre e Vianna, ele retomaria na sua singular autobiografia intelectual, *Tentativas de mitologia* (1979), ao mesmo passo que retomava a autocrítica de *Raízes do Brasil*, comentando a gênese da obra nos anos de 1930 e a rejeição de algumas leituras além da época. Alguns trechos excluídos da edição de 1948, por isso, merecem ser observados, ainda que já densamente estudados.

As alusões a Freyre, tido em 1936 como autor do “estudo mais sério e mais completo sobre a formação social do Brasil” (p. 258, nota 77), são cortadas em 1948. Quanto a Vianna, Buarque de Holanda o acusava, já em 1936 – em nota posterior-

mente excluída – de pretender fazer coincidir a verdade histórica com as teses racialistas, considerando sua “obsessão arianista” (p. 158, nota XXXIII), além de discordar fundamentalmente da tese do pensador fluminense quanto ao ruralismo como imposição do meio (p. 150). Ao mesmo tempo, citava em 1936 – nota excluída na segunda edição – o “ilustre professor de direito público da Universidade de Bonn”, Carl Schmitt (1888-1985), teórico do Estado totalitário, que diminuía o liberalismo por não haver criado uma teoria de Estado, mas tão somente ferramentas para subordinar o Estado à ética e à economia (p. 334, nota XVI). Nesse ponto, se faz pertinente a leitura incisiva de Leopoldo Waizbort sobre o “mal-entendido da democracia” – em oposição frontal à interpretação de Candido –, uma vez que, sendo em Buarque de Holanda a cultura da personalidade a base da brasilidade, o Estado que se formaria sobre ele seria antiliberal, daí “a incompatibilidade entre a estrutura da personalidade característica do ‘povo’ brasileiro – o personalismo – e uma estrutura social de caráter democrático” (Waizbort, 2016, p. 466). No posfácio “*Raízes do Brasil*: inércia e transformação lenta”, o autor, a partir desse impasse, quer chamar a atenção para as ambiguidades de *Raízes do Brasil*, que em sua visão se tornam ainda mais acentuadas com as revisões de 1948.

Ambiguidades tais que, por exemplo, nesse mesmo ponto da citação de Schmitt, Buarque de Holanda dizia que não havia dissociação absoluta entre os valores personalistas e a democracia, pois a tese da bondade natural do homem era afim à cordialidade, e a tese da guerra de todos contra todos, desconcertante. Paravam por aí, contudo, as possibilidades de articulação, considerada, por exemplo, a impessoalidade dos ideais humanitários. Se, de um lado, “com a simples cordialidade não se criam os bons princípios” (p. 327) e, de outro lado, as “ilusões da mitologia liberal” (p. 327) condenavam os elementos normativos sólidos, inclusive aqueles implantados pelas tiranias, os quais Buarque de Holanda não descartava – como fora, digamos, o Terror na Revolução Francesa –, as tais ilusões, porém, não seriam em si argumento contra o liberalismo, e outros remédios, além da tirania, serviriam para estabilizar um conjunto (um *organismo*, dizia ele na primeira edição) social e nacional.

Segue-se a essas sinuosidades a decidida inserção, como aponta o instrumental genético da edição, de sete parágrafos, entre eles a citação de Herbert Smith (1851-1919), naturalista norte-americano que esteve no Brasil, sobre a necessidade de uma revolução vertical na América Latina, a qual, sem necessariamente promover o expurgo das camadas superiores, ampliasse as oportunidades para as camadas populares.

Essa vitória nunca se consumará enquanto não se liquidem, por sua vez, os fundamentos personalistas e, por menos que o pareçam, aristocráticos, onde ainda assenta nossa vida social. Se o processo revolucionário a que vamos assistindo, e cujas etapas mais importantes foram sugeridas nestas páginas, tem um significado claro, será este o da dissolução lenta, posto que irrevogável, das sobrevivências arcaicas, que o nosso estatuto de país independente até hoje não conseguiu extirpar (pp. 318-319).

Essa inserção torna bem mais explícita a ambiguidade entre, se não o elogio, pelo menos a identificação do personalismo como elemento cultural fundante, e uma visão negativa do passado colonial. Ela é exemplar do “saldo das transformações” no texto de *Raízes do Brasil* que, segundo o posfácio “Contraponto e revolução em *Raízes do Brasil*”, de Luiz Feldman (2016, p. 446), desequilibram o contraponto, antes irresoluto, entre cordialidade e civilidade. Decide-se então Buarque de Holanda pela diluição dos valores ibéricos, principalmente o personalismo, agora não necessariamente em nome de uma plena adesão à racionalidade moderna, mas encaminhando-se historicamente nessa direção. A passagem denota, sobretudo, o *sentido* histórico impresso em *Raízes do Brasil*. Isso porque, como Buarque de Holanda assevera logo na sequência, estaríamos “vivendo entre dois mundos, um definitivamente morto e outro que luta por vir à luz” (p. 318), sendo a Abolição “o marco mais visível entre as duas épocas” (p. 302).

Após os quatro primeiros capítulos, “Fronteiras da Europa”, “Trabalho & aventura”, “Herança rural” e “O semeador e o ladrilhador”, dedicados, por assim dizer, ao passado colonial e culminantes no quinto capítulo, “O homem cordial”, quem esta-

ríamos presentemente deixando de ser, o capítulo 6, “Novos tempos”, e o derradeiro capítulo 7, “Nossa revolução”, tratam enfim desse “novo mundo” mais próximo da civilidade (p. 302). Considero significativa, pelo menos à primeira vista, uma mudança no tempo verbal da “Nossa revolução”, que em 1936 aparecia como processo concluído, no pretérito perfeito, mas em segunda edição, no tempo presente, inacabado: “A grande revolução brasileira não é um fato que se registrasse em um instante preciso; é antes um processo demorado que vem durando pelo menos há três quartos de século” (pp. 301-302). A explicação da sentença reforça essa ancoragem da interpretação, do ponto de vista do autor, no tempo presente, e o prolongamento do escopo temporal em uma expectativa sugerida, como na sequência: “Ainda testemunhamos presentemente, e por certo continuaremos a testemunhar durante largo tempo, as ressonâncias últimas do lento cataclismo, cujo sentido parece ser o do aniquilamento das raízes ibéricas de nossa cultura para a imaginação de um estilo novo, que crismamos talvez ilusoriamente de americano, porque seus traços se acentuam com maior rapidez em nosso hemisfério” (p. 302).

Ainda a respeito do tratamento da temporalidade histórica em *Raízes do Brasil*, é interessante observar que, já de início, no capítulo primeiro, Buarque de Holanda questiona a legitimidade do “recurso ao passado em busca de estímulo para melhor organização da sociedade”, uma vez que “as épocas realmente vivas nunca foram tradicionalistas por deliberação” (p. 43). Todavia, a experiência histórica – noção diversa, certamente, de tradição – tem no ensaio um valor primordial, e o autor, como consequência da crítica do bacharelismo, das teorias importadas (sobremaneira o positivismo e o liberalismo, ainda que atenuadas as críticas a este último em segunda edição), desapegadas do mundo da vida, do alheamento, enfim, da sociedade em relação à política, o autor assinala o engano dos “nossos reformadores” – salta aos olhos a atualidade dessa crítica – em “pretender-se compassar os acontecimentos segundo sistemas, leis ou regulamentos de virtude provada, em acreditar que a letra morta pode influir por si só e de modo enérgico sobre o destino de um povo” (p. 313). De modo semelhante, temos a crítica das alternativas políticas à

época em disputa, do liberalismo ao integralismo (“variedade brasileira” do fascismo), sem ignorar o comunismo, em uma das passagens mais sensíveis e decisivas do livro, sobre a ênfase na historicidade própria do Brasil: “não será pela experiência de outras elaborações engenhosas que nos encontraremos um dia com a nossa realidade” (p. 331).

Tanto as expectativas como, portanto, a experiência – ou ao menos seus esquemas interpretativos, geralmente importados – se mostravam indeterminadas em *Raízes do Brasil*. A temporalidade aberta possivelmente tenha garantido ou favorecido uma margem de liberdade para as modificações posteriores. Seu autor em todas as edições esteve francamente contrário aos teóricos “doutrinadores do tempo” (p. 328). A inconclusão do ensaio foi sentida e causou estranhamento, principalmente na primeira edição, quando o equilíbrio entre tradição e modernidade ou entre cordialidade – até então, um atenuante da impessoal modernização – e civilidade se verificava com maior vigor (Feldman, 2016, pp. 445-446). Em 1948, parece mais claro, mas não sem reservas, nem sem preservar um *quê* de nossas “essências íntimas” (p. 331), o pendor à modernização e a distância para com o “homem cordial”, em que se interpenetravam presentemente as temporalidades distintas.

Nas palavras bastante oportunas de João Cezar de Castro Rocha, lidas no posfácio “Venturas e desventuras do homem cordial”, o ensaio é carregado de angústia: “*Raízes do Brasil* é pontuado por um advérbio: *ainda*; [...] sugerindo que o tempo histórico brasileiro encena uma inesperada metonímia do *conflito de todas as épocas* (Rocha, 2016, p. 463)”. O advérbio se encontra, por exemplo, em uma das frases mais conhecidas do ensaio: “Somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra” (p. 39); esse “hoje”, acrescido em 1948, reforça a característica de inacabamento própria do tempo presente, bem como do conhecimento do passado com relação aos problemas do presente, noção da leitura principalmente de Marc Bloch, naquilo que este trazia criticamente também do historicismo, a qual Buarque de Holanda abraçou ao se profissionalizar historiador entre os anos de 1940 e 1950. Isso, porém, não significa que *Raízes do Brasil* se inspirasse teoricamente da “nova história social dos franceses”, como dizia Antonio Candido no prefácio de

1969 – nenhum daqueles renovadores da história na França era citado –, para em seguida conceder justo lugar à sociologia da cultura e etnologia alemãs como parte da fundamentação epistemológica do ensaio (Candido, 2016, p. 357).

A angústia percebida por Castro Rocha, mais do que nunca, desde a edição de 1969, *ainda* a temos vivido, e também por isso a edição crítica aparece em boa hora. A complexidade dos argumentos do autor e da história (e memória) do livro, tanto quanto a felicidade de seus competentes organizadores e colaboradores, nos convidam a refletir muito, sem qualquer possibilidade de concessão às leituras instrumentais ou que se pretendam definitivas.

## Notas

- 1 Maria Odila L. S. Dias, em outra linha fundadora de interpretação, menos sociológica e mais historicista, entende que *Raízes do Brasil* é um “exercício de negação das negações”, pois os antagonismos não se resolvem em síntese, e sim redundam em impasses (Dias, 2008, p. 321).
- 2 A exemplo da resenha de Florestan Fernandes (1949, pp. 222-224) para a segunda edição de *Raízes do Brasil*. Ele afirmava, entre outras coisas, que as transformações do texto nada tinham de radicais.

## BIBLIOGRAFIA

- AUCUÑA, M. & DIEGO, M. (2016), “Nota sobre o texto da presente edição”, in S. B. Holanda, *Raízes do Brasil*, ed. crítica, São Paulo, Companhia das Letras, pp. 27-33.
- CANDIDO, A. (2016), “O significado de *Raízes do Brasil*”, in S. B. Holanda, *Raízes do Brasil*, ed. crítica, São Paulo, Companhia das Letras, pp. 355-368.
- CARVALHO, R. G. (2017), *Sérgio Buarque de Holanda, do mesmo ao outro: escrita de si e memória*. Tese de doutorado. Curitiba, UFPR.
- DIAS, M. O. L. S. (2002), [Entrevista], in J. G. V. Moraes e J. M. Rego (orgs.), *Conversas com historiadores brasileiros*, São Paulo, Editora 34, pp. 185-210.
- DIAS, M. O. L. S. (2008), “Negação das negações”, in J. K. Eugênio e P. M. Monteiro (orgs.), *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*, Campinas, Editora da Unicamp, pp. 317-347.
- EUGÊNIO, J. K. (2016), “Entre totem e tabu: o processo de *Raízes do Brasil*”, in S. B. Holanda, *Raízes do Brasil*, ed. crítica, São Paulo, Companhia das Letras, pp. 431-437.
- FELDMAN, L. (2016), “Contraponto e Revolução em *Raízes do Brasil*”, in S. B. Holanda, *Raízes do Brasil*, ed. crítica, São Paulo, Companhia das Letras, pp. 439-447.
- FERNANDES, F. (1949), “Raízes do Brasil”. *Revista do Arquivo Municipal*. 15 (122): 222-224.
- HOLANDA, S. B. (2008), “Elementos básicos da nacionalidade: o homem”, in J. K. Eugênio & P. M. Monteiro (orgs.), *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*, Campinas, Editora da Unicamp, pp. 617-637.
- HOLANDA, S. B. (2011), “Novos rumos da Sociologia”, in M. Costa (org.), *Escritos Coligidos: livro I, 1920-1949*. São Paulo, Editora Unesp/Perseu Abramo, pp. 513-517.
- MONTEIRO, P. M.; SCHWARCZ, L. M. (2016), “Uma edição crítica de *Raízes do Brasil*: o historiador lê a si mesmo”, in S. B. Holanda, *Raízes do Brasil*, ed. crítica, São Paulo, Companhia das Letras, pp. 11-26.
- MOTA, C. G. (1977), *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974): ponto de partida para uma revisão histórica*. São Paulo, Ática.
- RICÉUR, P. (2010), *Tempo e Narrativa*. Trad. C. Berliner. São Paulo, WMF Martins Fontes.
- ROCHA, J. C. C. (2016), “Um conceito ou um baixo contínuo? Venturas e desventuras do homem cordial”, in S. B. Holanda, *Raízes do Brasil*, ed. crítica, São Paulo, Companhia das Letras, pp. 457-463.
- SCHLANGER, J. (2008), *La mémoire des œuvres*. Lagrasse, Éditions Verdier.
- WAIZBORT, L. (2016), “*Raízes do Brasil*: inércia e transformação lenta”, in S. B. Holanda, *Raízes do Brasil*, ed. crítica, São Paulo, Companhia das Letras, pp. 465-470.